



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **16 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 11 de abril de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS

Polo Industrial de Manaus reduz compra do Japão após tragédia 1
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

BRASIL OFERECE EXPANSÃO SEM CHOQUE CULTURAL 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Governo estuda usar tributo sobre carro para financiar novo fundo de inovação 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

MERCADANTE DIZ QUE BRASIL TEM CULPA POR COMÉRCIO DESIGUAL COM CHINESES 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

DIÁRIO DO NORDESTE

Seinfra monta licitação para acessos à ZPE 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADÃO

Salário mínimo ameaça inflação de 2012 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADÃO

'Governo precisa coordenar políticas fiscal e monetária' 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADÃO

País quer parceria chinesa em inovação 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

CHINESES VEEM O BRASIL COMO PARCEIRO COMERCIAL PERFEITO 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

DILMA PODERÁ FECHAR 20 ACORDOS EM VISITA À CHINA 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

FORNO DE MINAS QUER CONQUISTAR OS CHINESES PELO ESTÔMAGO 16
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

GOVERNO AINDA PRECISA DEFINIR PRIORIDADES 17
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

O QUE SE ESPERA DA VISITA DE DILMA À CHINA 18
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA.COM

Dilma cobrará mais equilíbrio comercial em visita à China 19
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA.COM

Presidente Dilma Rousseff chega hoje ao país para estreitar laços e buscar maior equilíbrio comercial 21
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA.COM

Brasil tem de se reinventar para tratar com a China 22
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Polo Industrial de <u>Manaus</u> reduz compra do Japão após tragédia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

No final do mês passado, o coordenador de Acompanhamento de Projetos Industriais da Suframa, Gustavo Igrejas, disse que as empresas de capital japonês estavam avaliando a situação em busca de novos fornecedores.

Manaus - As importações do Japão caíram 6,64% em março, mês em que a tragédia abalou aquele país, um dos principais fornecedores de componentes para o Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, segundo dados da balança comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Após crescer em janeiro e fevereiro, o volume importado no mês passado somou US\$ 113,3 milhões e não acompanhou a taxa de crescimento das compras externas totais do Estado, que evoluiu 7,6% em março.

Em janeiro, o Japão chegou a ser o segundo maior fornecedor de insumos para o **PIM**, seguindo a alta das compras de insumos para abastecer a produção aquecida do **PIM** neste começo de ano. De acordo com os dados do **Mdic**, em fevereiro, o volume das compras externas do **Amazonas** fechou em US\$ 942,3 milhões, enquanto em março o resultado foi de US\$ 1,01 bilhão.

No final do mês passado, o coordenador de Acompanhamento de Projetos Industriais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Gustavo Igrejas, disse que as empresas de capital japonês estavam avaliando a situação em busca de novos fornecedores. O coordenador admitiu que algumas delas poderiam conceder férias coletivas no meio do ano com o fim dos estoques e reconfigurar as linhas de produção para o elevado ritmo de produção do segundo semestre.

À exceção dos recentes problemas com o Japão, no primeiro trimestre do ano, as importações totais do **Amazonas** aumentaram 29,5% em comparação com igual período do ano passado. De janeiro a março o montante acumula US\$ 2,82 bilhões.

A China (US\$ 942,2 milhões), a Coreia do Sul (US\$ 411,8 milhões), o Japão (US\$ 347 milhões) e os Estados Unidos (US\$ 259,8 milhões) foram os países com maior volume de vendas.

Para o presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de **Manaus** (Sinaees), Wilson Périco, o crescimento das importações deve-se a dois fatores: o forte ritmo da produção industrial no **PIM** e a desvalorização do dólar frente ao real. “O ritmo da produção está aquecido, o que faz com que as importações aumentem, mas ao invés de consumir matéria-prima local as indústrias importam. Isso compromete a geração de empregos no Polo”, ponderou Périco.

Entre os insumos com maior importação estão componentes para televisor, responsáveis por US\$ 561,9 milhões no trimestre, 26,8% acima do mesmo período de 2010. As compras de acessórios para motocicletas inclusive ciclomotores, aumentaram em 76,5% no trimestre desse ano, passando de US\$ 55,8 milhões no acumulado de 2010 para US\$ 98,64 milhões em 2011. Outros circuitos integrados também tiveram alta de 37%, com US\$ 95,1 milhões. Destaque também para gásóleo (óleo diesel) que não constavam nos anos anteriores mas já somam US\$ 89,4 milhões este ano.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO BRASIL OFERECE EXPANSÃO SEM CHOQUE CULTURAL		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Estado de S.Paulo

Parte da euforia das multinacionais com suas operações no Brasil tem uma explicação que vai além de fatores meramente econômicos: se apenas a expansão do PIB fosse levada em conta, as companhias concentrariam todos os seus esforços na China, que cresce a taxas muito superiores. Porém, o mercado brasileiro oferece boas perspectivas de receitas com um choque cultural muito menor. "Mesmo com o custo Brasil e a burocracia, o ambiente de investimento aqui é melhor e o mercado consumidor é cada vez maior", diz Denys

Monteiro, sócio da consultoria Fesa. De acordo com executivos estrangeiros que trabalham no Brasil, os problemas de adaptação são quase inexistentes. Para Dominik Maurer, que assumiu o comando da T-Systems em janeiro, mas vive no País há seis anos, as culturas são similares e complementares. "Acho que os engenheiros alemães trazem um maior respeito aos processos, mas no geral a cultura é muito parecida. É muito diferente da Ásia, onde nunca se sabe como o outro vai agir."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Governo estuda usar tributo sobre carro para financiar novo fundo de inovação		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sergio Leo | De Pequim

O governo estuda a criação de quatro novos fundos setoriais para ciência, tecnologia e inovação, pelo menos um deles a ser financiado com tributação sobre automóveis que não usam biocombustíveis. O anúncio foi feito pelo ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, que integra a comitiva da presidente Dilma Rousseff na viagem à China.

Os fundos usariam recursos do setor financeiro, da indústria automotiva, da mineração e da construção civil. Mercadante queixou-se do Congresso por limitar verbas para ciência e tecnologia essenciais para o futuro do país, em favor de gastos, como projetos do **Ministério** do Turismo e despesas correntes de Estados e municípios.

"Um exemplo dramático foi a decisão sobre os royalties do petróleo, que retiraria da ciência e tecnologia, neste ano, R\$ 900 milhões", exemplificou o ministro, após comentar a necessidade de preservação das verbas para inovação no Orçamento federal. A decisão do Congresso foi suspensa pelo então presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva, que editou, no fim do governo, um decreto presidencial mantendo a destinação de verbas ao setor de ciência e tecnologia.

O ministro classificou de "incorreta para o Brasil" a decisão dos parlamentares de desviar, para gastos correntes de prefeituras e governos estaduais, os recursos que iriam para ciência e tecnologia. "O petróleo é recurso não renovável. Estamos antecipando riqueza de outra geração, do futuro, para esta geração." Os parlamentares também contingenciaram R\$ 610 milhões do orçamento do **Ministério**, ao mesmo tempo em que aumentavam em R\$ 2,7 bilhões as verbas para o turismo, lembrou Mercadante.

O ministro argumentou que o corte, pelo governo, de mais R\$ 700 milhões em verbas não contingenciáveis

do **Ministério** foi compensado com o aumento em R\$ 2 bilhões dos recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que ele quer transformar em uma espécie de banco de **desenvolvimento** do setor. "Estamos lançando um edital para a área de tecnologia de informação voltada à Copa do Mundo", adiantou. "Queremos usar grandes eventos para desenvolver novos produtos, novas capacidades, novos processos."

Para Mercadante, a queda no saldo do **comércio** exterior brasileiro não pode ser atribuída nem à infraestrutura, que vem melhorando, nem à carga tributária, que não aumentou a ponto de explicar o desempenho das empresas, mas à valorização do real, de 32% em relação ao **dólar** e 25% em relação a outras moedas relevantes.

"Corremos risco de ficar prisioneiros da doença holandesa", advertiu Mercadante, fazendo referência ao termo usado para economias ameaçadas de desindustrialização e excessivamente dependentes da **exportações** de commodities. "Precisamos olhar o setor de média-alta e alta tecnologia, ganhar competitividade e competência em áreas estratégicas".

A necessidade de aproveitar impulso de setores de baixo valor agregado no **Brasil** para financiar projetos de inovação e ciência e tecnologia levou os **Ministérios** da Ciência e Tecnologia e da Fazenda a discutir, nos últimos dias, a criação de quatro novos fundos setoriais, com recursos do setor financeiro, da indústria automotiva, da mineração e da construção civil. Segundo Mercadante, ainda está em discussão no governo a forma de financiamento desses fundos.

Mercadante adiantou, porém, que, no caso do setor automotivo, o governo poderia criar um tributo sobre veículos que não usam biocombustível, destinado a financiar pesquisas em etanol, para aproveitar a vantagem comparativa brasileira e desenvolver, por

exemplo, motores mais eficientes e mais resistentes ao uso do combustível renovável.

No minério, a Vale tem começado projetos como a Vale Soluções Energéticas, um investimento de R\$ 500 milhões em São José dos Campos, e o centro de pesquisas em mineração e biotecnologia que planeja criar em Minas Gerais.

"Queremos maior investimento do setor privado, que investe muito pouco no Brasil", cobrou o ministro. Enquanto nos países desenvolvidos, o setor privado responde por dois terços do investimento em inovação, no Brasil essa parcela é de apenas um terço, na maior parte da Petrobras, disse o ministro. Empresas como a BG trouxeram centro de pesquisa ao Brasil por causa da exigência de investimento de 2% do faturamento em ciência, tecnologia e inovação.

O governo pretende aproveitar o exemplo da China, que ganhou competitividade com fortes incentivos à inovação, apesar de manter baixo o investimento em pesquisa básica e aplicada, e quer, ainda, negociar cooperação com os chineses aproveitando a "complementariedade" entre ambos, segundo Mercadante.

A China tem duas prioridades, segurança energética e alimentar, e o Brasil está em boa posição para dar garantias aos chineses nas duas áreas, em troca de investimentos e apoio no desenvolvimento de inovações a partir do território brasileiro, avalia o ministro.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO MERCADANTE DIZ QUE <u>Brasil</u> TEM CULPA POR <u>COMÉRCIO</u> DESIGUAL COM CHINSESES		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para Dilma, os dois países devem cooperar em áreas como inovação

Gilberto Scofield Jr.*

. PEQUIM. O ministro da Ciência e Tecnologia (MCT), Aloizio Mercadante, afirmou ontem que, apesar de a China ser acusada de lançar mão de práticas de concorrência desleais, como pirataria industrial, câmbio artificialmente desvalorizado ou protecionismo explícito, boa parte dos problemas no relacionamento comercial entre os países é culpa do Brasil: o país investe pouco em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica e, por isso, exporta para os chineses basicamente matérias-primas de pouco valor agregado, enquanto importa produtos manufaturados de seu parceiro.

O ministro criticou também a atitude do Congresso em relação aos recursos que bancam a pesquisa em tecnologia no Brasil. Segundo ele, a Casa contingenciou R\$ 610 milhões do MCT no orçamento deste ano, enquanto ampliou em R\$ 2,7 bilhões os recursos para o Ministério do Turismo. Para garantir recursos para pesquisa, o ministro sugeriu a criação de quatro fundos setoriais: automobilístico, financeiro, de mineração e de construção civil, que seriam abastecidos com recursos advindos de tributos cobrados sobre esses setores. Sem adiantar como isso seria feito, Mercadante disse que o assunto vem sendo discutido dentro do governo com técnicos do Ministério da Fazenda e com alguns setores, como o segmento de construção civil.

. Poderíamos tributar os veículos com motores que não fossem bicombustíveis ou que não usassem etanol e investir em pesquisas sobre resistência de motores para o uso de etanol, por exemplo, disse. Brasil importa US\$ 3 mil por tonelada e exporta US\$ 163. O ministro afirmou que o Brasil precisa mudar sua cultura de compra e importação de tecnologia e criticou o setor privado por investir pouco em pesquisa.

. Ou nos contentamos em ser exportadores de commodities ou admitimos a necessidade de inovação e investimos no tema. Precisamos criar a Embrapa da indústria. Como não fazemos, o preço médio, por tonelada, de tudo o que a China vende para o Brasil é de US\$ 3 mil, enquanto o preço médio da tonelada que vendemos os chineses é US\$ 163. Para comprar uma tonelada de circuitos integrados vendidos pela China, temos que vender 21,5 mil toneladas de minério de ferro. Em entrevista à agência chinesa Xinhua, a presidente Dilma Rousseff, que inicia uma série de compromissos em Pequim hoje, disse que a relação entre Brasil e China deve se basear na "reciprocidade". Para ela, "poderia haver mais cooperação em áreas estratégicas como inovação".

Com agências internacionais

	VEÍCULO DIÁRIO DO NORDESTE		EDITORIA
	TÍTULO Seinfra monta licitação para acessos à ZPE		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo garante que prazo para início das obras será cumprido, mesmo com atraso no projeto de terraplanagem

A pouco menos de dois meses do prazo máximo estabelecido pelo **Governo Federal** para que tenham início as obras de infraestrutura para a Zona de Processamento de **Exportação** (ZPE) do Pecém, o governo estadual já prepara o edital de licitação das obras das vias de acesso ao local. Contudo, o projeto executivo que diz respeito as obras de terraplanagem e macrodrenagem, e que deveria ter sido entregue no último dia quatro, ainda está em fase de finalização.

O atraso se deu por conta da necessidade da realização de um novo estudo geológico no terreno. Mesmo assim, de acordo com o secretário-adjunto da Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra), Otacílio Borges, o prazo para início das obras será mantido. Ele garante que, até junho, os primeiros trabalhos físicos para instalação da ZPE serão começados. As obras serão realizadas em duas etapas. Na primeira, serão construídos a estrada de acesso à ZPE, a terraplanagem da área e a macrodrenagem. "Nós já entregamos parte desses projetos para estas obras, com a minuta, à Emazp, empresa administradora da zona e que está preparando o edital de licitação. O próximo passo é enviá-lo à CCC (Comissão Central de Concorrências", explica Borges.

Cumprimento do prazo

A construção da infraestrutura das ZPEs precisa, via de regra, ter início no prazo de até um ano após estas terem sua criação sancionada pelo presidente da República. No caso da ZPE do Pecém, essa sanção foi dada em 16 de junho do ano passado. Segundo o secretário-adjunto será possível cumprir o prazo instituído pelo **Governo Federal**. "As licitações deverão ser abertas até o fim do mês, e estas são simples. Historicamente, nós nunca tivemos problemas com certames do tipo. Além do mais, ela é prioridade do governo", garante.

Otacílio informa ainda que a segunda etapa de obras também está em elaboração, e os projetos devem estar concluídos até o final de maio.

Nesta fase, serão feitos o abastecimento de água, a destinação de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, eletrificação e comunicação. "Estes serviços só podem ser instalados após serem feitas as obras da primeira etapa. Acredito que a licitação desta fase ocorra somente no segundo semestre".

Nova área

Diferentemente do que se esperava antes, a ZPE não irá aproveitar outras obras de infraestrutura feitas pelo governo estadual no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp). Isso porque o plano diretor do complexo foi revisto e, nas mudanças estabelecidas, foi alterada a localização da área destinada à ZPE. Este novo terreno ainda não possui nenhuma infraestrutura montada", esclarece. Os valores das obras a serem executadas ainda não estão definidos. O Estado, contudo, já conta com R\$ 10 milhões reservados para estas melhorias.

As ZPEs são áreas industriais que contam com incentivos fiscais, desde que as empresas destinem, pelo menos, 80% de sua **produção** à **exportação**. A do Pecém ocupará área de 4.271,41 hectares em São Gonçalo do Amarante.

SÉRGIO DE SOUSA/ANA CAROLINA QUINTELA

REPÓRTER/ ESPECIAL PARA ECONOMIA

Estimativa

"A licitação deverá ser aberta até o fim do mês. Ela é prioridade do governo"

Otacílio Borges

Secretário-adjunto da Seinfra

	VEÍCULO O ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO Salário mínimo ameaça inflação de 2012		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Reajuste de quase 14% previsto para o ano que vem deve injetar cerca de R\$ 9 bi no consumo, tornando mais difícil para o BC atingir meta

Márcia De Chiara - O Estado de S.Paulo

O aumento de quase 14% no salário mínimo previsto para 2012 deve injetar no consumo das famílias cerca de R\$ 9 bilhões adicionais, segundo cálculo da LCA Consultores, e dar mais combustível para a escalada da inflação. Essa montanha de dinheiro pode dificultar o trabalho do Banco Central para trazer a inflação ao centro da meta de 4,5% em 2012, alertam economistas.

Mesmo com essa enorme pedra no caminho do BC para combater a inflação, a autoridade monetária revelou em seu último Relatório Trimestral de Inflação que pretende atingir o centro da meta só em 2012. Para este ano, adota uma estratégia mais gradualista para segurar a alta de preços, elevando em ritmo moderado a taxa básica de juros.

O reajuste do salário mínimo é um preço já contratado na economia pela Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Leva em conta o aumento do **PIB** de dois anos anteriores (no caso de 2012, o crescimento de 7,5% do **PIB** de 2010) e a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 12 meses anteriores ao período do reajuste. Para este ano, a projeção para o INPC é algo em torno de 6%. Isso resultará num aumento do salário mínimo em 2012 de cerca de 14%.

Apesar de a preocupação em relação ao reajuste do mínimo em 2012 não transparecer nos relatórios do BC, fontes do **mercado** dizem que esse foi um dos principais pontos de discussão em reuniões recentes da autoridade monetária com analistas.

"O reajuste do mínimo de 2012 dá rigidez à inflação e deve manter o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acima do centro da meta em 2012. No ano que vem, a inflação deve ficar em pelo menos 5%", prevê o diretor da RC Consultores, Fábio Silveira.

Felipe Salto, economista da Tendências, concorda com Silveira. Para ele, com o reajuste do mínimo, "ficará mais difícil atingir o centro da meta de 4,5% em 2012". Ou pelo menos mais custoso. Isto é, se o ajuste fiscal não for feito pelo governo, será necessária uma elevação maior nos juros para conter a inflação.

"O salário mínimo não é um fator definitivo, mas complica a recondução da inflação à meta em 2012", confirma Tatiana Pinheiro, economista do Santander. Ela pondera que o impacto do reajuste do salário mínimo na inflação vai depender do grau de aquecimento da economia no início de 2012.

De toda forma, Tatiana, que projeta um IPCA de 6,1% para este ano e de 6% para 2012, diz que essa regra de aumento do mínimo dá resistência à inflação. É que cerca de um quarto dos preços que compõem o IPCA são os serviços livres, fortemente influenciados pelo salário mínimo. Só os gastos com empregados domésticos, que são salário mínimo na veia, pesam 3,53% no IPCA, quase um ponto porcentual a mais que a participação da carne, alimento básico, no indicador (2,58%).

Indexação. Na opinião de Bráulio Borges, economista-chefe da LCA Consultores, e responsável pelos cálculos sobre incremento do consumo provocado pelo aumento do salário mínimo, a regra de reajuste fixada em lei é positiva porque elimina as incertezas que rondavam a economia no início de cada ano.

Mas ele ressalta que há um aspecto negativo nessa regra, porque fomenta a indexação dos preços, especialmente dos serviços, nos quais política monetária tem pouca influência.

Nos cálculos de Borges, o reajuste de quase 14% do mínimo previsto para o ano que vem deve aumentar a inflação dos serviços livres em quase um ponto porcentual em relação ao que poderia ser, caso o aumento do salário levasse em conta apenas inflação do período, na casa de 6%.

O economista, que ao contrário de seus pares projeta um IPCA de 4,5% para 2012, ressalta, no entanto, que a rigidez da inflação provocada pela lei do reajuste do mínimo inviabiliza a redução do centro da meta, hoje em 4,5%, para menos de 4% nos próximos anos. Em outros países que usam o sistema de metas de inflação, o alvo a ser atingido é 3% e não 4,5% como o Brasil.

"É um discurso ultrapassado transformar o reajuste do salário mínimo em agente da inflação", diz o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna. Ele argumenta que o ganho real do salário mínimo de 7,5%, referente ao crescimento do **PIB**, é relativo ao aumento de riqueza na sociedade, que tem de ser distribuído. Para ele, o governo tem de pensar em outras vias para conter a inflação, como, por exemplo, reduzir os seus próprios gastos. "Não vamos aceitar esse discurso."

Rigidez

FÁBIO SILVEIRA

DIRETOR DA RC CONSULTORES

"O reajuste do mínimo de 2012 dá rigidez à inflação e deve manter o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acima do centro da meta em 2102. No ano que vem, a inflação deve ficar em pelo menos 5%."

JOÃO CARLOS GONÇALVES

SECRETÁRIO-GERAL DA FORÇA SINDICAL

"É um discurso ultrapassado transformar o reajuste do salário mínimo em agente da inflação. Não vamos aceitar esse discurso"

	VEÍCULO O ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO 'Governo precisa coordenar políticas fiscal e monetária'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para atenuar ""choque"" do reajuste do mínimo em 2012, contenção deve ser imediata e contemplar juros e cortes de gastos

Márcia De Chiara - O Estado de S.Paulo

Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da FGV

Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-presidente do Banco Central (BC) entre 1980 e 1983, período marcado pela hiperinflação, considera que o reajuste do salário mínimo no ano que vem será um "choque" que vai afetar a inflação. Cálculos preliminares indicam que o reajuste do mínimo em 2012 deve ficar perto de 14%.

"O governo tem de aproveitar a trégua do salário mínimo deste ano para trazer a inflação rapidamente para mais próximo do centro da meta. Isso porque, em 2012, a partir de março ou abril, teremos de novo um fato negativo em termos de expectativas, que é o reajuste do salário mínimo", adverte o economista. Ele ressalta que essa é "uma questão de urgência".

Para atenuar os efeitos do "choque do salário mínimo", Langoni recomenda que o governo ponha em prática o ajuste fiscal anunciado e coordene as políticas monetária e de crédito. "Só se combate inflação com a melhor coordenação entre política fiscal e monetária." A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual o impacto do reajuste do mínimo na inflação de 2012?

Vai ser um choque, um aumento real enorme, porque a fórmula de reajuste do salário mínimo prevê uma correção pela inflação passada, mais o crescimento do **PIB** de dois anos anteriores. Mesmo que haja uma moderação nos preços das commodities, o que é ainda uma grande interrogação, vamos ter esse impacto negativo desse mega reajuste de salário mínimo. Ele tem impacto não só diretamente sobre o salário mínimo. Vai pressionar muito as contas públicas, principalmente de Estados e municípios, onde existe uma grande parcela da folha de pagamento que recebe em torno do salário mínimo, mas indiretamente em termos de expectativas. Como o

mercado de trabalho continua muito apertado, estamos operando em pleno emprego e vamos continuar numa situação não muito diferente da atual, isso pode estimular pressões salariais em outros segmentos. E a referência será o reajuste do salário mínimo.

Esse choque do salário mínimo vai afetar as expectativas?

Vai afetar a inflação negativamente, inclusive em termos de expectativas. As expectativas estão rígidas e têm de ser quebradas agora. O governo tem de aproveitar esse espaço para trazer a inflação rapidamente para mais próximo do centro da meta este ano porque, em 2012, a partir de março, abril, teremos de novo um fato negativo em termos de expectativas, que é o reajuste do salário mínimo.

O sr. acha que o Banco Central (BC) deveria subir os juros até dezembro para preparar a economia para esse choque previsto?

O ideal seria não só subir juros, mas, de fato, implementar o aperto fiscal anunciado. O ideal seria acelerar o processo de corte de gastos para ajudar a política monetária. Não deixar a política monetária sozinha, sem apoio, porque a política fiscal apertada dá mais margem de manobra ao BC. Acho que é uma questão de urgência. Aproveitar este ano que o reajuste do salário mínimo foi corretamente mantido num nível menor. Nós ganhamos aí um ano. Esse ano é importante para iniciar o ano que vem, de preferência, com a inflação já rodando abaixo de 6%.

O sr. acha que o reajuste do mínimo pode inviabilizar o cumprimento do centro da meta em 2012, como quer o BC?

O reajuste do salário mínimo aumenta a responsabilidade do BC e do governo de uma forma geral, em termos de política fiscal, de exercer o controle da inflação, eliminar a gordura inflacionária, esse excesso de demanda. Se olharmos dados de vendas do comércio, a demanda continua crescendo em torno de 8% em termos reais. É um número muito alto. É preciso trazer essa demanda para algo em torno de 5%, isto é, cortá-la quase pela metade. Para isso, é fundamental desacelerar principalmente os gastos públicos, que vinham crescendo na faixa de 9% nos últimos dois anos

em termos reais. É uma tarefa urgente, principalmente a parte fiscal. Na política monetária, o BC tem de manter o ciclo de alta de juros até quebrar essa rigidez das expectativas. O BC não deve determinar o fim do ciclo de aperto monetário. Outra coisa importante: a contenção do crédito é complementar à alta de juros, e não substituta.

O sr. acha que o BC tem de carregar as tintas nos juros, não no aperto de crédito?

Nos dois. O crédito atinge apenas uma parte da demanda, aquela que depende de financiamentos. Existe outra parte importante da demanda que é a área de serviços e bens não duráveis, que não são afetados pelo crédito, mas são afetados pelo aumento dos juros de uma forma generalizada. Porque os juros impactam a demanda de uma forma mais ampla. O importante é que juros e crédito sejam tratados como complementares. Um apoia o outro.

O sr. acha que o BC está sendo muito bonzinho?

Na verdade, o BC está testando uma situação que é complexa. Houve, de fato, um megachoque das commodities. Isso não quer dizer que o BC tenha de aceitar passivamente esse choque exógeno. Ele tem de evitar a multiplicação desse choque das commodities sobre todos os preços da economia.

Por isso, na minha opinião, você só combate inflação com a melhor coordenação com política fiscal e monetária.

Então o governo tem um grande problema pela frente?

Tem, porque não podemos esperar o fim do ciclo das commodities para só então ver se a inflação vai ceder. A inflação está acima de 6% ao ano, os IGPs estão em níveis muito elevados, a economia ainda é indexada. Temos de aproveitar o espaço deste ano e desacelerar a economia. Até porque o próprio BC já aceita que o PIB não pode crescer muito mais do que 4%. Neste ano, o reajuste do mínimo ajudou a conter as expectativas porque foi moderado. Tivemos uma trégua neste ano que tem de ser bem aproveitada em termos de combate à inflação. A questão de combater a inflação hoje é uma precondição do sucesso das políticas sociais de crescimento e redistribuição de renda que o País vem se destacando em relação a outros Brics. Uma coisa que diferencia o Brasil da China, Índia e Rússia é que nós estamos crescendo com redução de desigualdade. Isso se deve, em grande parte, à estabilidade de preços duramente conquistada. Não podemos ser, de uma certa forma, complacentes com a situação.

	VEÍCULO O ESTADO		EDITORIA
	TÍTULO País quer parceria chinesa em inovação		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Busca por novos investimentos em tecnologia no Brasil será um dos principais pontos discutidos entre brasileiros e chineses

Cláudia Trevisan CORRESPONDENTE / PEQUIM e Vera Rosa ENVIADA ESPECIAL - O Estado de S.Paulo

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, disse ontem em Pequim que a exploração das reservas do pré-sal vai aumentar ainda mais o peso dos bens básicos na pauta de exportações do Brasil, que corre o risco de "ficar prisioneiro da doença holandesa", fenômeno que provoca a desindustrialização em razão da forte apreciação do câmbio decorrente da exportação de produtos básicos.

A entrada de dólares já levou a uma significativa alta do real, que hoje é o "problema fundamental" da falta de competitividade brasileira, avaliou Mercadante, que chegou ontem à capital chinesa para acompanhar a visita que a presidente Dilma Rousseff inicia hoje ao país.

"Por que nosso superávit comercial caiu de US\$ 40 bilhões para US\$ 20 bilhões?", questionou o ministro. Segundo ele, não foi por causa dos juros altos, da carga tributária nem das deficiências de infraestrutura, outros fatores responsáveis pela falta de competitividade brasileira. Foi por causa do câmbio.

O ministro não disse, mas o problema é especialmente agudo na relação com a China, país que intervém pesadamente para manter sua moeda em patamar depreciado em relação ao dólar, enquanto o real se valoriza de maneira constante.

Em sua opinião, o caminho para mudar o perfil das exportações e da economia brasileira é o investimento em inovação, e um dos pontos altos da visita presidencial será a busca de parcerias com os chineses nessa área. Parte dos recursos para esses investimentos deve vir da receita obtida na exploração de recursos naturais, como petróleo e minério, observou.

O desequilíbrio na qualidade da pauta do comércio bilateral foi demonstrado por Mercadante com números enfáticos: o preço médio do que a China exporta para o

Brasil é de US\$ 3 mil a tonelada, enquanto o do que o Brasil vende para a China é de US\$ 163.

Inovação. O Brasil também quer aprender com a experiência da China, que investe quase 2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento e colocou a inovação no centro do Plano Quinquenal para o período 2011-2015, disse Mercadante. Em sua opinião, sem uma estratégia clara nesse setor, o Brasil tende a ser um exportador de produtos primários, como minério de ferro, petróleo e soja, e importador de bens de alto valor agregado. "Ou nos acomodamos em ser exportadores de commodities ou enfrentamos a agenda da inovação."

A situação se agrava mais ainda com a clara estratégia chinesa para a inovação, que leva ao aumento constante do valor agregado de sua pauta de exportações.

Mercadante deu outros números para mostrar a disparidade entre exportar commodities e bens de alta tecnologia: o Brasil precisa vender 21,5 mil toneladas de minério de ferro para comprar 1 tonelada de semicondutores, um dos principais produtos que o país importa da China. No caso da soja, a relação é de 1.700 toneladas para 1.

Dilma quer atrair investimentos chineses para a área de alta tecnologia no Brasil e terá encontros com os dirigentes das fabricantes de equipamentos de telecomunicações ZTE e Huawei, que já atuam no Brasil e podem anunciar expansão de seus negócios no país durante a visita. A presidente também vai se reunir com representante da Foxconn, a maior fabricante de eletrônicos do mundo, que trabalha em esquema de terceirização para marcas globais como Apple, Dell e HP.

Mercadante ressaltou que o Brasil já tem produtos de alta tecnologia para vender para a China, entre os quais estão os aviões da Embraer e os ônibus da Marcopolo. O problema é que as duas empresas enfrentam barreiras para entrar no mercado local, que refletem a política industrial chinesa de dar prioridade aos produtores nacionais.

Amanhã, Mercadante e outros representantes brasileiros da área de ciência e tecnologia se reunirão com seus pares chineses para definir áreas de cooperação para desenvolvimento de projetos conjuntos em ciência e tecnologia.

Será o mais **importante** encontro do tipo já realizado entre os dois países e a intenção é que as discussões gerem medidas concretas, a primeira das quais já vai ser anunciada na visita: a criação do Centro Brasil-China de Nanociência e Nanotecnologia.

Os setores identificados pelos dois lados para possível cooperação são: energias renováveis, nanociência, tecnologia da informação, tecnologias agrícolas e ciências espaciais. Todas foram declaradas como estratégicas pela China no Plano Quinquenal 2011-2015 e em algumas delas o **Brasil** já obteve progressos, como tecnologias agrícolas e energias renováveis.

DILMA NA CHINA

Hoje

Chegada a Pequim.

Dia livre.

12/04 - Terça

Encontro com Hu Jintao, presidente da China

Encerramento do Fórum de Empresários

13/4 - Quarta

Encontro com o primeiro-ministro Wen Jiabao.

Encontro com o presidente da Assembleia do Povo, Wu Bangguo.

14/4 - Quinta

III Cúpula dos Brics e reuniões bilaterais

15/4 - Sexta

10.º Fórum Asiático de Boao.

16/4 - Sábado

Visita aos guerreiros de terracota.

Embarque para o Brasil.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO CHINESES VEEM O <u>Brasil</u> COMO PARCEIRO COMERCIAL PERFEITO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Grande exportador de produtos básicos e fonte de alimentos, país também recebe investimento em indústria

Paulo Justus

pjustus@brasileconomico.com.br

Para os chineses, o Brasil é o complemento perfeito, como grande fornecedor de matérias-primas e alimentos para seu enorme parque industrial e sua imensa população. Essa é a lógica predominante dos investimentos chineses no país. De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as aquisições de empresas brasileiras por parte de companhias chinesas no ano passado se concentraram no setor de petróleo, de olho no potencial do pré-sal. Dos US\$ 14,9 bilhões negociados em aquisições nesse período, US\$ 10,17 bilhões foram destinados ao setor de petróleo.

A produção de alimentos também atrai a atenção dos investidores estrangeiros no país. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), há 5,5 milhões de hectares de terras brasileiras nas mãos de estrangeiros. "Um assunto importante são os investimentos na área de petróleo, e também creio que haja boas oportunidades de investimento e cooperação na agricultura entre os dois países", diz o consul econômico-comercial da China em São Paulo, Li Haitong.

Mais recentemente, os chineses têm investido em indústrias no Brasil. "No ano passado a China foi o principal investidor externo. Em parte para a área de commodities, mas um volume expressivo tem ido para a área industrial, automobilística", diz Luis Antonio Paulino, economista e diretor do Instituto Confúcio da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Um dos recentes aportes industriais chineses em terras brasileiras foi da fabricante de guindastes e escavadeiras Sany, que começou a operar neste ano sua filial em São José do Campos (SP). A empresa pretende investir US\$ 100 milhões e gerar 1,1 mil empregos e faturar US\$ 500 milhões.

"Quando se fala em investimento chinês se destacam muito as áreas de produtos básicos, mas a área industrial tem crescido", afirma Paulino.

O presidente da Área de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico da província de Nantong, Chen De Xin, diz que é muito importante que ambos os países se conheçam. "O Brasil é muito rico em recursos naturais e a China tem uma força de trabalho muito grande e um enorme mercado. Acredito que a cooperação entre os dois países e uma situação ganha-ganha", diz.

Xin está no Brasil para promover a província de Nantong, especializada em indústrias têxteis, para investidores brasileiros. Na região, atualmente estão instaladas 14 companhias brasileiras, entre elas a WEG e a Maxion. Há muitas empresas interessadas e certamente neste ano esperamos receber mais empresas brasileiras", diz.

Para a vice-presidente executiva da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE), Monica Fang, a viagem da presidente Dilma a China é a oportunidade para que novos investimentos, principalmente os relativos à infraestrutura da Copa do Mundo e Olimpíada sejam atraídos para o Brasil.

"Nos tivemos a Olimpíada e a Expo Mundo e depois disso continuamos crescendo. Agora é a vez do Brasil", afirma. Fang também defende a tese da complementariedade das economias brasileiras e chinesas. "Ambos os países têm grandes territórios e população e são os que mais crescem hoje", diz.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO DILMA PODERÁ FECHAR 20 ACORDOS EM VISITA À CHINA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Grandes empresas brasileiras como Embraer, Petrobras, Embrapa e Eletrobras deverão ser beneficiadas

Maeli Prado e Carolina Alves

redacao@brasileconomico.com.br

Quando a presidente Dilma Rousseff desembarcar hoje em Pequim, na China, levará na bagagem a expectativa de fechamento de pelo menos 20 acordos comerciais com o gigante asiático, envolvendo empresas de peso como Petrobras, Eletrobras, Embrapa e, é claro, a Embraer, que vem enfrentando dificuldades em conseguir fabricar aviões maiores em sua unidade chinesa e que decidirá neste mês se manterá ou não a planta no país. A perspectiva também é elevar as exportações brasileiras para a Ásia, em especial as de produtos industrializados, de maior valor agregado.

Em um momento de elevação dos preços agrícolas no mercado internacional, os asiáticos têm interesse em garantir laços comerciais com países fortes na produção agropecuária e de minérios. "A China está crescendo muito e os produtos agrícolas estão nesse preço porque há redução na produção em vários países, como Austrália e Rússia. Nos Estados Unidos, a produção não cresce no ritmo que crescia antes. O Brasil tem um produto estratégico na mão, e a Dilma sabe disso", avalia Argemiro Procópio Filho, professor de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e autor de três livros sobre o país.

O Brasil possui um superávit comercial de US\$ 5 bilhões com a China, seu maior investidor e terceiro país visitado por Dilma desde que assumiu a presidência. Mas quer aumentar a qualidade desse resultado. "O governo brasileiro pretende elevar as exportações para a China, mas não apenas as vendas dos 80 produtos que fazem parte da nossa pauta de exportação, como petróleo e minério de ferro.

Queremos elevar as exportações de produtos de alto valor agregado, principalmente os industrializados.

Exemplo disso será o acordo com a Embraer", afirma o secretário do Itamaraty Luís Guilherme Parga Cintra fabricante de aviões brasileira um caso simbólico de quão fechado é o mercado chinês. Apesar de ter se associado à estatal Aviation Industries of China (Avic) e ter fábrica no país, gostaria de produzir aeronaves maiores, mas não é autorizada, pois a China está desenvolvendo os seus próprios modelos.

Durante a visita de Dilma, a Embraer deve assinar contrato de venda de aviões modelo Embraer 190 e Legacy para empresas aéreas chinesas. Invasão chinesa Entre os acordos a serem assinados ao longo dos próximos dias, estão dois memorandos de entendimento entre o Inmetro (que fiscaliza normas de qualidade e segurança de produtos no Brasil) e o órgão correspondente chinês, já que o governo brasileiro está preocupado com a invasão de produtos chineses de baixa qualidade e preço, como afirmou o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel.

Além disso, haverá assinaturas de um termo de cooperação em produtos e serviços de defesa e de um memorando de entendimentos com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para pesquisa de inovação agrícola. Além disso, os países devem fechar um acordo para troca de experiências na organização de grandes eventos, visando a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016. Parcerias em áreas como energia (entre a Eletrobras e a State Grid), petróleo (entre a Petrobras e a Sinochem) e o desenvolvimento de biocombustíveis também serão firmadas.

Na quarta-feira, Dilma se reunirá com o primeiro-ministro chinês e com o presidente a Assembleia Legislativa da China e, na quinta, participará de um encontro da cúpula dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e

China). "Será um evento muito importante porque marca o ingresso da África do Sul no bloco", diz Parga Cintra.

O câmbio chinês não deve ser assunto comentado.

"Não acredito que o câmbio esteja na pauta, pois é um

tema que tem sido mais abordado nas reuniões do G-20", afirma o secretário

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO FORNO DE MINAS QUER CONQUISTAR OS CHINESES PELO ESTÔMAGO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Hélder Couto Mendonça, presidente da Forno de Minas, tradicional empresa de produtos congelados, como pães de queijo, de batata e folhados, é um dos empresários que está na China acompanhado do presidente da Apex, Maurício Borges, para as rodadas de negócios que a associação promove naquele país. Mendonça acredita que muitos setores brasileiros não sofrem com a concorrência chinesa e, melhor do que isso, são potenciais exportadores.

"Os métodos de produção e regras de mercado da China não afetam a Forno de Minas porque fabricamos produtos que não encontram concorrência na Ásia" Até o fim da viagem ele prevê que bons negócios serão fechados. "Nosso objetivo é desenvolver parcerias com as redes de supermercados locais e com

distribuidores especializados em food-service para atendermos os canais de hotelaria e redes de cafeterias que são muito fortes", afirma Mendonça.

Por mês, a companhia produz 1.600 toneladas de pão queijo. A Forno de Minas já exporta para Estados Unidos, Canadá e Portugal. No próximo mês, a empresa começará a vender para a República Dominicana e a Coreia do Sul. A.V.A.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO GOVERNO AINDA PRECISA DEFINIR PRIORIDADES		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Pais tera que estabelecer politica de governo para conseguir agregar valor a pauta de comercio bilateral

Paulo Justus

Agregar mais valor as exportacoes para a China, como pretende a presidente Dilma Rousseff, depende não somente de negociacoes bilaterais, mas da melhor definicao do que o Brasil espera do pais asiatico. Essa e a opiniao do pesquisador da diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (Ipea), Eduardo ota Pinto, um dos autores do estudo sobre as relacoes entre os dois paises. "A gente precisa buscar coordenacao para pensar num projeto demedio prazo".

O pesquisador afirma que as negociacoes bilaterais podem servir para melhorar o fluxo de capitais entre Brasil e China. Segundo o estudo, atualmente ha um desequilibrio na facilidade de acesso dos aportes estrangeiros entre os paises. Enquanto o Brasil se mostra aberto a entrada e capitais, a China regula fortemente os aportes estrangeiros.

Costa Pinto diz que esses acordos devem ser complementados por uma politica nacional, que envolva varios niveis de governo e possa aproveitar o interesse chines em investir no Brasil como forma de desenvolver a economia local. "O espaco que a gente tem de trabalhar na agenda com a China e agregar valor. Seja com a industria nacional ou com articulacao dos proprios chineses nessa cadeia de producao brasileira", diz.

O estudo do Ipea analisa a evolucao da relacao comercial entre os dois paises de 2000 a 2010. Nesse periodo, a China se tornou o principal destino das

exportacoes brasileiras e ocupou o segundo lugar entre os paises de origem das importacoes. Entre 2000 e 2010, as exportacoes para a China passaram de US\$ 1,1 bilhao para US\$ 30,8 bilhoes, ao passo que as importacoes brasileiras da China cresceram de US\$ 1,2 bilhao para US\$ 25,6 bilhoes.

O crescimento das exportacoes brasileiras se deu principalmente em cima dos produtos basicos. Entre 2000 e 2009, eles passaram de 68% das exportacoes para 83% dessa pauta. Em contrapartida, as importacoes provenientes da China cresceram principalmente entre os produtos de alta tecnologia. A participacao dessas mercadorias na pauta de importacoes saiu de US\$ 487 milhoes em 2000 para US\$ 10 bilhoes em 2010.

Mais recentemente, a partir de 2006, o Brasil passou a atrair crescentes ondas de investimentos chineses, principalmente nas areas de produtos basicos como commodities e petroleo. O valor investido pela China passou de US\$ 6,7 milhoes em 2006 para US\$ 392 milhoes em 2010, segundo o Banco Central. Os dados nao levam em conta os investimentos chineses feitos por paraísos fiscais. Se levados em conta esses dados, por estimativas da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalizacao (Sobeet), esse valor em 2010 estaria entre US\$ 13 bilhoes e US\$ 17 bilhoes.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO O QUE SE ESPERA DA VISITA DE DILMA À CHINA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff inicia hoje, em Pequim, sua terceira e mais importante viagem internacional.

Nesses seus cem dias de mandato fez uma rápida visita à Argentina e esteve em Portugal, onde não cumpriu toda a programação em função do falecimento do ex-vicepresidente da República, José Alencar.

A importância econômica da visita à China pode ser avaliada pelos mais de 300 empresários que acompanharão a presidente, todos motivados pela possibilidade de ampliar as exportações para o gigante asiático e, ao mesmo tempo, atrair investimentos.

Há a expectativa de que sejam fechados pelo menos 20 acordos comerciais em áreas de grande importância estratégica para os dois lados, como petróleo e gás, geração energética, pesquisa agropecuária, produção de alimentos e segmentos industriais de tecnologia avançada. "Queremos elevar as exportações de produtos de alto valor agregado", afirma Luís Guilherme Parga Cintra, secretário do Itamaraty, citando como exemplo a Embraer, que deve

assinar contratos de venda dos modelos Embraer 190 e Legacy para companhias aéreas chinesas. Apesar de ter fábrica em território chinês, a empresa brasileira esbarra no protecionismo ao ser impedida de produzir aeronaves maiores, já que a indústria local desenvolve modelos próprios.

Mônica Fang, vice-presidente executiva da Câmara Brasil-China de **Desenvolvimento** Econômico (CBCDE) defende a tese da complementaridade entre as duas economias e justifica: "Ambos os países têm grande território e população e são os que mais crescem hoje". É o que enxergam empresários brasileiros de setores de concorrência mais amena, entre eles alimentos, bebidas e moda que se mostram otimistas, como Hélder Couto Mendonça, presidente da Forno de Minas. "Nossos produtos não encontram concorrência na Ásia", diz ele, que acompanha a comitiva presidencial e vai oferecer pão de queijo na tentativa de conquistar os chineses pelo estômago. Afinal, são 1,3 bilhão de habitantes, 200 milhões dos quais consumidores de classe média.

	VEÍCULO FOLHA.COM		EDITORIA
	TÍTULO Dilma cobrará mais equilíbrio comercial em visita à China		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Brasil x China

Presidente Dilma Rousseff chega hoje ao país para estreitar laços e buscar maior equilíbrio comercial

ELIANE CANTANHÊDE

COLUNISTA DA FOLHA

FABIANO MAISONNAVE

DE PEQUIM

SIMONE IGLESIAS

DE BRASÍLIA

Em sua mais importante viagem internacional desde a posse, a presidente Dilma Rousseff desembarca hoje na China disposta a estreitar os laços com a segunda maior potência do mundo, mas também cobrar relações econômicas mais justas.

O comércio bilateral deu um salto em dez anos, de US\$ 2 bilhões em 2000 para US\$ 56 bilhões no ano passado, com um superavit de US\$ 5,2 bilhões a favor do Brasil.

Até por isso, Dilma será acompanhada de cerca de 250 empresários brasileiros. Mas há dois problemas.

O primeiro é que cerca de 90% das exportações ao país são de minério de ferro, soja, petróleo e celulose. Equivale a afirmar que o Brasil vende matéria-prima ao país e compra manufaturados dos EUA.

O segundo problema é que o Brasil tem perdido mercado nos países ou regiões onde a China entra agressivamente.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, disse que o Brasil corre o risco de sofrer da "doença holandesa" caso não haja investimentos na sua área.

O termo vem do efeito negativo do aumento da exploração dos recursos naturais na produção manufatureira.

Mercadante foi o primeiro integrante do alto escalão da comitiva brasileira a chegar à China. Ele anunciou acordos nas áreas de nanotecnologia e de "tecnologia do bambu" -usado em produtos como invólucros para laptops.

Apesar de reconhecer a China como "economia de mercado" ainda no primeiro governo Lula, em 2004, o Brasil até hoje não oficializou essa posição, alegando dificuldades burocráticas. A demora, porém, se deve a pressões da iniciativa privada.

O Brasil está otimista em fechar uma grande venda de aviões da Embraer para a China e obter autorização para exportar carne de porco ao maior mercado consumidor desse produto no mundo.

Além disso, Brasília e Washington têm discutido uma crítica comum ao câmbio artificialmente baixo da moeda chinesa, o yuan, que potencializa as vantagens do país.

Além da agenda bilateral com o dirigente máximo chinês, Hu Jintao, que começa amanhã, Dilma participará da Cúpula dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), marcada para quinta-feira.

A cúpula é saudada pelo Planalto e pelo Itamaraty como mais um passo da China para fugir de um "G-2" -com os EUA- e tentar fortalecer posições com emergentes.

DIREITOS HUMANOS

Há, porém, um ponto da agenda que ainda não está definido: como Dilma, ex-presa política torturada pela ditadura militar (1964-1985), vai tratar a prisão do prêmio Nobel da Paz Liu Xiaobo e o

desaparecimento do artista e ativista Ai Weiwei. Ambos são dissidentes do regime.

O Itamaraty orientou Dilma a ignorar o tema, que cabe em fóruns multilaterais, não em visitas bilaterais.

Mas não descarta a hipótese de Dilma conduzir a questão ao seu jeito, já que o **Brasil** tem feito inflexão **importante** na área de direitos humanos.

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO FOLHA.COM		EDITORIA
	TÍTULO Presidente Dilma Rousseff chega hoje ao país para estreitar laços e buscar maior equilíbrio comercial		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

ELIANE CANTANHÊDE

COLONISTA DA FOLHA

FABIANO MAISONNAVE

DE PEQUIM

SIMONE IGLESIAS

DE BRASÍLIA

Em sua mais importante viagem internacional desde a posse, a presidente Dilma Rousseff desembarca hoje na China disposta a estreitar os laços com a segunda maior potência do mundo, mas também cobrar relações econômicas mais justas.

O comércio bilateral deu um salto em dez anos, de US\$ 2 bilhões em 2000 para US\$ 56 bilhões no ano passado, com um superavit de US\$ 5,2 bilhões a favor do Brasil.

Até por isso, Dilma será acompanhada de cerca de 250 empresários brasileiros. Mas há dois problemas.

O primeiro é que cerca de 90% das exportações ao país são de minério de ferro, soja, petróleo e celulose. Equivale a afirmar que o Brasil vende matéria-prima ao país e compra manufaturados dos EUA.

O segundo problema é que o Brasil tem perdido mercado nos países ou regiões onde a China entra agressivamente.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, disse que o Brasil corre o risco de sofrer da "doença holandesa" caso não haja investimentos na sua área.

O termo vem do efeito negativo do aumento da exploração dos recursos naturais na produção manufatureira.

Mercadante foi o primeiro integrante do alto escalão da comitiva brasileira a chegar à China. Ele anunciou acordos nas áreas de nanotecnologia e de "tecnologia do bambu" - usado em produtos como invólucros para laptops.

Apesar de reconhecer a China como "economia de mercado" ainda no primeiro governo Lula, em 2004, o Brasil até hoje não oficializou essa posição, alegando dificuldades burocráticas. A demora, porém, se deve a pressões da iniciativa privada.

O Brasil está otimista em fechar uma grande venda de aviões da Embraer para a China e obter autorização para exportar carne de porco ao maior mercado consumidor desse produto no mundo.

Além disso, Brasília e Washington têm discutido uma crítica comum ao câmbio artificialmente baixo da moeda chinesa, o yuan, que potencializa as vantagens do país.

Além da agenda bilateral com o dirigente máximo chinês, Hu Jintao, que começa amanhã, Dilma participará da Cúpula dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), marcada para quinta-feira.

A cúpula é saudada pelo Planalto e pelo Itamaraty como mais um passo da China para fugir de um "G-2" -com os EUA- e tentar fortalecer posições com emergentes.

DIREITOS HUMANOS

Há, porém, um ponto da agenda que ainda não está definido: como Dilma, ex-presa política torturada pela ditadura militar (1964-1985), vai tratar a prisão do prêmio Nobel da Paz Liu Xiaobo e o desaparecimento do artista e ativista Ai Weiwei. Ambos são dissidentes do regime.

O Itamaraty orientou Dilma a ignorar o tema, que cabe em fóruns multilaterais, não em visitas bilaterais. Mas não descarta a hipótese de Dilma conduzir a questão ao seu jeito, já que o Brasil tem feito inflexão importante na área de direitos humanos.

	VEÍCULO FOLHA.COM		EDITORIA
	TÍTULO Brasil tem de se reinventar para tratar com a China		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

ENTREVISTA DA 2ª

ANTONIO BARROS DE CASTRO ECONOMISTA

Mesmo que país neutralize o câmbio, uma boa parte do sistema industrial ainda seria menos eficiente do que o chinês, diz ex-presidente do BNDES

CLAUDIA ANTUNES

DO RIO

O Brasil tem de se reinventar para ser bem-sucedido em uma economia mundial radicalmente mudada pela China, diz o economista Antonio Barros de Castro.

Diante da competição chinesa, afirma ele, não adianta proteger setores industriais para que eles fiquem "um pouco mais sofisticados", como se fez no passado, porque os asiáticos fazem o mesmo com maior velocidade.

"Mesmo se o câmbio e o custo Brasil forem neutros, boa parte da indústria brasileira não é competitiva porque o sistema industrial chinês é mais eficiente."

Barros de Castro diz que o Brasil deve aproveitar a "trégua" oferecida pelo boom de matérias-primas para desenvolver produtos originais, como plástico de álcool e aços especiais usados na exploração de petróleo.

Folha - O sr. vem estudando as mudanças provocadas pela China. Qual a conclusão?

Antonio Barros de Castro - Há seis anos eu comecei a suspeitar que a emergência chinesa representava uma ruptura na trajetória do sistema econômico mundial. Não se tratou de uma mudança só de tamanho, de aumento do peso do país.

Que ruptura é essa?

Nos anos 50, o economista alemão Hans Singer sintetizou assim o dilema da época: "Países

industrializados têm o melhor de dois mundos, como consumidores de produtos primários e produtores de manufaturados, enquanto os subdesenvolvidos têm o pior, como consumidores de manufaturas e produtores de matérias-primas".

Ele se baseava na tendência de queda dos preços das matérias-primas, enquanto os dos industrializados ficavam iguais ou subiam.

Com a ascensão do leste asiático, capitaneada pela China, isso virou de pernas para o ar. Países mais atrasados compram manufaturados baratos e exportam matérias-primas cada vez mais caras. Angola, por exemplo, cresce a 15% ao ano. É um movimento tectônico.

Mas o Brasil teme a desindustrialização. Como o país pode se adaptar a isso? Há exemplos bem-sucedidos?

As realidades são diferentes. Uma parte da Ásia evoluiu com a China e não enfrenta os mesmos dilemas enfrentados pelo Brasil.

Outro bloco já havia se especializado na exportação de matérias-primas, incluindo latino-americanos como o Chile. Agora, os clientes pagam melhor, mas historicamente esse caminho tende a ser visto como maldito.

Estados Unidos, Alemanha e Japão ainda podem ser dinâmicos combinando capacidade alta de inovação com a vigilância de seus direitos de propriedade intelectual. Já o Brasil é um híbrido industrial e agrícola.

Mas só o lado agrícola continua competitivo. Por quê?

Nos anos 90 e no início deste século, a indústria brasileira se preparou para competir com os produtos dos EUA e da Europa. Conseguiu bons resultados, basta

ver o crescimento das exportações de bens duráveis, como carros e eletrodomésticos, entre 2003 e 2005.

Mas durou pouco. As exportações de produtos primários foram de 30% do total em 2004 para 44% em 2010, e as de manufaturas caíram de 57% para 43%.

Isso ocorreu porque a competição deixou de ser com EUA e Europa e passou a ser com o sistema comandado pela China. Atualmente, um país como o Brasil, que no novo contexto tem vantagens máximas no setor primário e mínimas no industrial, tem que se reinventar.

Como?

Falando de maneira simplificada, temos duas opções. A primeira é proteger a indústria que existe, tentando agregar valor às cadeias de produção, completando-as e sofisticando-as. Foi o caminho entre 1950 e 1980.

Mas havia a premissa, correta na época, de que as economias mais avançadas eram tecnologicamente maduras e tinham crescimento lento da produtividade. Tratava-se de fechar um hiato, atingir um nível em que nossos concorrentes estavam mais ou menos parados ou evoluíam devagar.

Essa premissa hoje não existe mais. Nossos concorrentes ainda estão amadurecendo, estão alcançando novos patamares de produtividade e agora aumentando o esforço tecnológico para acelerar sua eficiência.

A China busca produtos menos poluentes, verdes. Está exportando fábricas para países vizinhos e deslocando outras para sua região oeste, com mão de obra mais barata. É o que chamo de China 2.

A China 1 é a do "made in China" (fabricado na China), e eles deram uma surra baseada em trabalho barato e em imitação tecnológica. A China 2 quer ser a do "created in China" (criado na China).

Portanto, o ataque vem de baixo. Só faz sentido reforçar aquilo em que temos chance de correr mais

rápido do que eles, que é a nossa segunda opção. O resto tem que ser redirecionado ou desaparecer.

E temos tempo?

Sem nosso potencial em produtos primários, em longo prazo estaríamos numa situação difícil.

Mas hoje temos três bons problemas: segurar o balanço de pagamentos por 10 ou 15 anos com petróleo, outras matérias-primas e produtos agrícolas; manter a expansão do mercado interno colocando areia para limitar a sua ocupação por importações; e desenvolver o potencial industrial visando não otimizações, mas mudanças.

Não tem que melhorar, tem que mudar. Otimização a China faz melhor.

Quando o sr. fala em colocar areia, significa proteção.

Não estou reproduzindo o discurso de que é atrasado proteger. O que digo é que não adianta proteger quando sua produtividade cresce mais devagar do que a do concorrente.

Um produtor de válvula brasileiro, por exemplo, está condenado. Ele sabe que pode não morrer hoje, mas morre no próximo governo.

É necessário conter as importações não para que algumas indústrias sobrevivam, mas para que possam ser transformadas.

Em que casos apostar?

Esse mapa completo ainda deve ser feito. Seriam setores protegidos pela especificidade dos nossos recursos naturais, por costumes, estrutura industrial e demanda. Áreas em que o chinês não está nem vai estar.

Não proponho uma volta ao agrário. O agrário é uma trégua para você, por exemplo, construir uma indústria ligada ao pré-sal, de satélites, de novos materiais, de aços especiais. É aplicar os conhecimentos existentes para desenvolver coisas próprias e originais.

A química do etanol permite desenvolver plásticos verdes. A indústria automobilística chinesa deseja vir para cá? Vamos fazer um acordo para em dez anos os

plásticos serem todos verdes; nós garantimos a evolução do produto. É usar a China como mercado.

É possível mudar os tratores para que eles se adaptem às necessidades do Brasil. Não é pegar o americano e fazer outro um pouco mais sofisticado. É fazer máquinas adaptadas às condições tropicais de solo, clima.

O embaixador chinês, respondendo às críticas ao câmbio desvalorizado do país, disse que cabe ao Brasil se tornar mais competitivo. Ele está certo?

Os chineses acham que se a gente trabalhar mais e for mais sério não teremos problemas. Não é isso, é uma questão de estratégia.

A indústria reclama do câmbio e do custo Brasil (impostos, infraestrutura). Há alguma razão nisso?

Se o câmbio e o custo Brasil forem neutros, boa parte da indústria brasileira não é competitiva porque o sistema industrial chinês é mais eficiente. Até 2004, eles já arrombavam todos os mercados e não tinham câmbio desvalorizado.

Alega-se que antes os produtos chineses eram só mais baratos, porque o salário era ínfimo e a fábrica era um galpão velho. Mas agora são boas fábricas e amanhã serão excelentes. A produtividade sobe tão rápido que, mesmo com a alta dos salários, os produtos ainda podem custar menos.

O real está sobrevalorizado? Claro, sou 100% a favor de botar areia no câmbio. Agora, ou você

enfrenta as causas da nossa perda relativa de competitividade ou não vai a lugar nenhum.

FRASE

"Hoje temos três bons problemas: segurar o balanço de pagamentos por dez ou 15 anos com petróleo e produtos agrícolas; manter a expansão do mercado interno colocando areia para limitar a sua ocupação por importações; e desenvolver o potencial industrial visando não otimizações, mas mudanças"

RAIO X

ANTONIO BARROS

DE CASTRO, 73

ATIVIDADE

Professor emérito da UFRJ, é consultor do Conselho Empresarial Brasil-China e acaba de fazer viagem de pesquisa àquele país

CARREIRA

Doutor em economia pela Unicamp, foi presidente do BNDES (1992) e diretor de Planejamento do banco de 2005 a 2007

LIVROS

"A Economia Brasileira em Marcha Forçada" (Paz e Terra); "No Espelho da China", capítulo de "Doença Holandesa e Indústria" (FGV)